

Genocídio e inclusão no mercado de trabalho são urgências para negros no Brasil

Pesquisa inédita realizada pelo Google em parceria com Instituto DataFolha e consultoria MindsetWGSN nas cinco regiões do país mapeia as urgências e da população negra como a importância de políticas afirmativas, representação e o feminismo negro

[\(Marie Claire, 18/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Os **autodeclarados pardos ou negros no Brasil são 58%** e para eles genocídio, racismo estrutural e institucional e inclusão no mercado de trabalho estão entre as urgências para a população, de acordo com pesquisa inédita *Consciência entre urgências: pautas e potências da população negra no Brasil*, realizada pelo Google em parceria com Instituto DataFolha e consultoria MindsetWGSN nas cinco regiões do país.

O estudo envolveu uma fase qualitativa em outubro de 2019 com entrevistas com sete especialistas (sociólogos, filósofos e historiadores), três grupos qualitativos em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador e seis *Youtubers*. Na fase quantitativa foram ouvidas 1225 pessoas de todas as classes e regiões do país.

Dos 58% da população, **69% se declara parda e 31% negra** e a pauta mais urgente (**46%**) é a **inclusão no mercado de trabalho**. De acordo com o IBGE, [pretos e pardos têm um salário médio de 58% do salário dos brancos](#) e juntos representam 65% dos desempregados do Brasil. Porém de acordo com o grupo, o tema é menos discutido (34%) do que deveria e fica atrás de racismo institucional e estrutural.

Em segundo lugar está então racismo estrutural e institucional como urgência (44%) e necessidade de discussão (41%). A **pauta é 1,7 vezes mais importante entre jovens de 16 a 24 anos** do que entre as pessoas com mais de 60. Dentro do tema, **7 entre 10 brasileiros não se sentem**

representados pelos governantes e as classes D e E (73%) acham mais importantes votar em candidatos negros que as classes A e B (47%).

A pesquisa ainda aponta que a ausência da representatividade também é reforçada pela publicidade. **68% dos entrevistados afirmaram que não se sentem representados pelas marcas** em geral.

A pauta sobre **feminismo negro é 27% urgente** e 25% uma necessidade a ser discutida. Mais urgente entre as mulheres (30%), mas entre os homens (23%) ocupa a mesma posição na lista de urgências. Enquanto a taxa de assassinatos de mulheres brancas teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%, segundo o Atlas da Violência do IPEA de 2019.

O **genocídio da população negra é a quarta pauta mais urgente (23%)**. Quanto maior a escolaridade, maior o sentimento de urgência em relação ao genocídio da população negra, Superior (53%), Médio (26%) e Fundamental (14%). De acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **a cada 23 minutos um jovem negro é morto no país**.

Em quinto lugar, a **preocupação com a existência de políticas afirmativas, como cotas raciais, é 19% urgente**, e é maior entre homens (23%) do que entre as mulheres (17%). Para os entrevistados, a urgência de políticas afirmativas é menor que o nível de discussão (24%) em torno do assunto no país.

Consciência Negra

O estudo também buscou entender a percepção dos entrevistados sobre o Dia da Consciência Negra. **Para 91%, o dia 20 de novembro é uma data importante para manter vivos na memória heróis negros e heroínas**. O dia tem maior importância para as classes mais baixas, 85% dos ouvidos das classes D e E concordam que a data é um momento de luta, o percentual entre os da classe A e B é de 72%.

Ativismo

Um em cada dois entrevistados se consideram ativistas do movimento

negro no Brasil. O percentual dos que se consideram mais ativistas estão nas classes D e E (63%), que reúnem duas vezes mais ativistas que as classes A e B (31%). Do grupo, **81% concordam que o ativismo negro prioriza causas que são importantes para toda a população.**

E os brancos? 78% dos entrevistados são a favor da participação de pessoas brancos na luta contra o racismo e **59% entendem que brancos devem se envolver porque fazem parte do problema. Para 87% a luta não é exclusivamente dos negros.**

Resultados detalhados da pesquisa serão divulgados ao longo do ano. Em março de 2020, será divulgado um recorte com dados sobre o feminismo negro e imagem na mídia.

A vida de meninas e mulheres (negras) importa, por Marcia Teixeira e Marli Santos

[\(Correio, 24/01/2019 – acesse no site de origem\)](#)

O estupro e o feminicídio de meninas, em especial de meninas negras, se configura como braço da necropolítica racial e de gênero no Brasil que antes mesmo do extermínio literal vai deixando marcas permanentes desse “fazer morrer” nos corpos das jovens, como antecedentes fúnebres na forma de múltiplas violências físicas e psicológicas que muitas vezes se acumulam e, portanto, precisam ser melhor observadas para a interrupção dessa onda crescente.

Aliás, não há melhor lugar do que o cotidiano, sobretudo nas relações afetivas e familiares, apesar de algumas exceções, para verificar esse tipo de violência, com o objetivo de micropoliticamente elaborar planos de ação que possam ser úteis na redução e posterior erradicação dessa verdadeira

“epidemia”, de acordo com as pesquisas da demógrafa Jakeline Romio.

Nos primeiros dias do ano de 2019, testemunhamos o aumento da violência praticada contra meninas e mulheres no Brasil (inclusive pessoas trans e em situação de rua), como sintoma da explosão do machismo, racismo e sexismo que estruturam historicamente as relações sociais no país, mas agravaram-se com uma espécie de salvo-conduto nos discursos oficiais estatais cultuadores das figuras do “homem de bem” e da “família tradicional”, contrários frontalmente ao que se estigmatizou como “ideologia de gênero”, antagonistas às cotas, favoráveis ao direito amplo à posse e ao porte de armas. É importante ressaltar que tudo isso contribui diretamente para o crescimento exponencial da violência de gênero, inclusive sexual.

No último domingo (13), Ágatha Sophia, de apenas dois anos, morreu após ser estuprada, no bairro de Vila Canária, em Salvador. O principal suspeito do crime, o padrasto. Infelizmente este caso é a repetição da história de muitas meninas em todo o Brasil.

O Atlas da Violência (2018) e Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2018) trazem indicadores alarmantes que demonstram que as crianças e adolescentes são as principais vítimas da violência sexual (em suas próprias residências) e a perspectiva real de pessoas atingidas por este crime é ainda maior, em virtude da subnotificação. Quando se cruzam gênero e raça os números são ainda mais graves: as meninas e mulheres negras são as que mais sofrem, mais morrem.

Infelizmente, o conjunto de leis promulgadas no Brasil nos últimos 30 anos como a Maria da Penha (2006) e a lei do Feminicídio (2015) não têm sido suficientes para impedir, sozinhas, esse ciclo de violência no país.

É preciso implicar o Estado, mas também cada umx de nós nesse processo, compreendendo que precisamos assumir coletivamente a ação nas diversas frentes de formação etnicorracial e de gênero para xs jovens, bem como de denúncia e combate à violência contra as mulheres e ao racismo. Deve ser um compromisso de todxs assegurar que não haja nenhuma mulher a menos, afinal vidas de meninas e mulheres (negras) importam!

Marcia Regina Ribeiro Teixeira é promotora de justiça e coordenadora de Direitos Humanos do MPBA;

Marli Mateus dos Santos é mestra em Direito Público e servidora de apoio-jurídico do GEDEM-LGBT do MPBA.

Ouçam as vozes das mulheres negras para a necessária transformação da sociedade e do Estado, alerta Jurema Werneck

(Débora Prado/Agência Patrícia Galvão, 25/07/2017) Reconhecer as vozes das mulheres negras como centro do diálogo sobre uma nova sociedade e um novo Estado é fundamental e urgente.

“Elas não estão dizendo alguma coisa que vá trazer seus filhos assassinados de volta, elas já os perderam e perderam para sempre. O que elas estão trazendo é uma proposta de como o Estado pode ser diferente, como a polícia pode ser diferente, como a sociedade pode ser diferente. Ou seja, é uma proposta extremamente generosa”. A explicação é da ativista antirracista Jurema Werneck, que na sua trajetória de vida e luta acumula décadas de experiência e respeitabilidade, como integrante da ONG Criola, médica, doutora em Comunicação e Cultura e atualmente diretora da Anistia Internacional no Brasil.

A voz de Jurema tem repetido, em ações, falas, textos e formulações

eloquentes, aquilo que o racismo invisibiliza: são as vozes das mesmas mulheres negras que estão no centro da resistência ao racismo patriarcal - por serem justamente as mais intensamente expostas às suas consequências violentas e violadoras - que devem ser ouvidas pelo muito que têm a ensinar para a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta.

Suas reflexões vão ao encontro das reivindicações da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, que neste 25 de julho realiza o [ato “Mulheres Negras e Indígenas por nós, por todas nós, pelo Bem Viver”](#). A manifestação acontece no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e também Dia Nacional de Tereza de Benguela - uma data que une as mulheres negras internacionalmente ([saiba mais](#)).

Jurema Werneck esteve em São Paulo em 18 de julho, para uma participação no 11º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A entrevista foi concedida à *Agência Patrícia Galvão* após sua participação na conferência internacional realizada por Tracey Meares, professora de Direito na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, e também mulher negra, que falou sobre o tema *‘Atuação policial, legitimidade e confiança nas polícias’*.

Tracey Meares destacou em sua fala como a atuação policial impacta não só na relação da sociedade com o Estado, mas possui também um poder ‘educativo’ que impacta na relação dos membros da sociedade entre si. Ou seja, uma polícia violenta alimenta relações sociais violentas. Ao interagir com a conferencista, Jurema Werneck trouxe quatro casos de jovens negros assassinados por agentes de forças policiais, que são acompanhados pela Anistia Internacional: [Maicon de Souza Silva](#), 2 anos, morto em 1996 durante uma operação policial na favela de Acari, Rio de Janeiro; [Gary Hopkins](#), morto aos 19 anos em 1999 pela polícia de Maryland, nos Estados Unidos; Fabrício dos Santos, filho de Gláucia dos Santos, assassinado aos 17 anos por autoridades policiais em um posto de gasolina em Guadalupe (Rio de Janeiro) na virada de 2013 para 2014; e Nakiea Jackson, morto em 2014 pela polícia de Kingston, capital da Jamaica ([leia mais sobre os casos](#)).

“São quatro histórias de crianças e jovens negros mortos pela polícia, de familiares que se tornaram ativistas pelo fim da violência, pela punição dos

assassinos e pela transformação da polícia. Nossa região, a americana, é extremamente violenta”, pontuou Jurema Werneck, ressaltando que as políticas públicas da região não atuam da mesma forma em relação à proteção da vida de brancos e negros. Nesse cenário, Jurema destaca que é preciso dar centralidade para a voz das mulheres negras, que muito têm a dizer para a construção de uma sociedade menos racista e violenta em um continente marcado pelo colonialismo, a escravidão e o seu nefasto legado: o racismo patriarcal.

Confira a entrevista:

Você disse durante a conferência que é preciso ouvir as vozes das mulheres negras, que elas têm muito a ensinar para uma polícia e um Estado mais humanizado. O que essas vozes estão repetindo que a sociedade não está ouvindo?

Primeiro, essas vozes estão falando bem alto que a polícia está matando meninos e meninas negros e negras nas favelas, nas periferias, em todos os lugares. Elas estão dizendo também que há um fenômeno escondido, ou pouco tratado pelo Estado, que é o racismo, o racismo patriarcal, que não apenas elimina os jovens e as jovens, mas também invisibiliza ou não ouve o que precisa ouvir das vozes das mulheres negras. Porque elas não estão dizendo alguma coisa que vá trazer seus filhos de volta, elas já os perderam e perderam para sempre. O que elas estão trazendo é uma proposta de como o Estado pode ser diferente, como a polícia pode ser diferente, como a sociedade pode ser diferente.

Ou seja, é uma proposta extremamente generosa, porque, como eu disse, o que elas já perderam não vão recuperar nunca mais, mas elas mostram que existe um caminho para além da vingança, tem um caminho que significa justiça, e fazer parte da justiça é dar centralidade a essas vozes, ouvir essas mulheres que são mulheres negras, que são em sua maioria mulheres de favela e da periferia, que têm uma proposta de um mundo diferente e que precisam ser ouvidas.

E qual é o papel das instituições no enfrentamento ao seu racismo institucional, que é quebrar de fato essa invisibilidade e se

comprometer com essa pauta para além do discurso?

É fazer. Enfrentar o racismo institucional só se faz enfrentando. Primeiro, tem que reconhecer que o racismo está lá - em uma sociedade racista, um país racista, um continente racista, o racismo está lá. Então, é preciso enfrentar, e de diferentes formas. Reconhecer implica dizer que as autoridades, ou melhor, que a opinião institucional tem que ser abertamente e explicitamente colocada em favor do enfrentamento ao racismo. É preciso também criar mecanismos internos: diferentes setores, políticas e ações, diferentes formas de dialogar com a sociedade, informar e prestar contas do que está fazendo.

E, no caso das polícias, é preciso de fato interromper imediatamente esse confronto entre Estado e comunidade negra, em especial a população jovem negra. E, por fim, é preciso se juntar à luta que parte da sociedade já está fazendo. Os movimentos negros e os movimentos de mulheres negras, a população indígena, a população de favela já estão lutando. É preciso se juntar e não se opor a essas lutas. Tem que trazer essa inteligência, tem que trazer essas metodologias para dentro, para construir políticas que tenham mais a cara da população. Ou seja, tem que fazer muita coisa, mas é isso: tem que fazer.

E é importante respeitar esse protagonismo, certo?

Sim, com a mulher negra no centro, porque é a mulher negra que está fazendo esse movimento. Isso vale para o Brasil, a Jamaica, os Estados Unidos e vários países do continente: as mulheres negras estão fazendo. Então, é central, é fundamental e é urgente trazê-las para o diálogo e para informar as ações que as instituições têm que fazer.

Por fim, você comentou durante a conferência sobre a taxa de mortalidade da população negra e no [Mapa da Violência 2015](#) vimos que também aumentou a morte violenta de mulheres negras - em 54%, enquanto a de brancas caiu 9,8% - mesmo com a Lei Maria da Penha em vigor no Brasil, que é considerada uma das mais avançadas do mundo. Esses números são reflexo do racismo estrutural e institucional no país?

Sim. O racismo está presente inclusive na Lei Maria da Penha, quando exclui o enfrentamento ao racismo dos seus mecanismos de proteção à vida das mulheres, que, assim, está deixando de fora esse contingente de mulheres que segue sendo extremamente vulnerável, que segue sendo assassinado apesar da Lei, apesar de uma política pública que foi construída com todas as mulheres. A [Lei Maria da Penha](#) foi construída no debate com todas as mulheres, mas na reta final a política pública acabou não incorporando aquelas que estão mais expostas, não incorporando o enfrentamento ao racismo institucional. O processo de criação e de implementação da Lei Maria da Penha tem muito a ensinar, mas a primeira lição é que é preciso enfrentar o racismo.

“É importante que a reflexão sobre as condições negra e indígena se dê também na Europa e na América do Norte”, afirmou Suelaine Carneiro sobre o resultado das recomendações dos países ao Brasil na Revisão Periódica da Universal da ONU

Em entrevista à Campanha, a especialista coloca a importância do pronunciamento dos países latino-americanos e africanos quanto às questões raciais, analisa as políticas afirmativas no país, e traz um panorama das violações contra as populações negra e indígena a serem monitoradas pelos

defensores de direitos humanos no Brasil e no mundo.

Campanha.org, 16/05/2017 - [Acesse o site de origem](#)

Na última terça, 9/5, a Organização das Nações Unidas (ONU) disponibilizou o rascunho do relatório da Revisão Periódica Universal (RPU) de direitos humanos pela qual o Brasil passou na sexta, 5/5, em sua 27ª Sessão. 103 países participaram da sabatina ao Brasil. Desses, 11 fizeram recomendações sobre relações raciais, pautados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, especialmente no tocante ao combate às discriminações.

No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU. [Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.

Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra, ressaltou a importância da reflexão sobre as condições negra e indígena por parte dos países latino-americanos e africanos, mas reiterou que Europa e América do Norte devem também olhar para esse desafio. “É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e para atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras”, reiterou.

Daniel Cara, coordenador geral da Campanha, explicou que, no debate dos planos educacionais, a Campanha argumentou que no Brasil permanece o racismo estrutural. “Os setores conservadores resistiram”, explicou. “Porém, ao ver os dados, a comunidade internacional nos deu razão. Essa é a vantagem da RPU: mostrar que no Brasil o debate educacional está completamente fora de dados básicos de realidade”, reiterou.

ENTREVISTA: SUELAINÉ CARNEIRO

Para aprofundar o assunto, a Campanha conversou com Suelaine Carneiro,

coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra, sobre o impacto dessas recomendações e como elas se refletem no contexto brasileiro.

CAMPANHA. Foram 11 recomendações diretamente ligadas às discriminações raciais. Qual a importância de os países darem tanta ênfase à situação do país nessa pauta? Qual o papel desse processo enquanto instrumento de pressão ao Estado Brasileiro para a concretização de políticas efetivas e para a implementação de fato da legislação referente?

SUELAINÉ. Foi especialmente importante a participação da Campanha na entrega do relatório na ONU, bem como as recomendações que os países fizeram ao governo brasileiro. As 11 recomendações estão diretamente ligadas às questões sobre as discriminações na educação, particularmente o racismo, o sexismo nas questões de gênero, e também nas questões relacionadas com a população indígena.

As questões abordadas dialogam muito com o que os movimentos sociais, quer seja movimento organizado negro e todos os voltados para a educação em direitos humanos, têm defendido e pressionado o governo brasileiro para maior atenção e maior eficácia nas suas ações voltadas para uma educação de qualidade, educação com equidade, e também respeito às identidades raciais, de gênero e sexualidade na educação.

Portanto, as recomendações que Bahamas fez sobre as questões das armas de fogo e a morte de jovens negros é importantíssima no momento em que aqui no Brasil temos feito diversas denúncias, vários dados existem sobre a participação desproporcional de jovens negros mortos por armas de fogo e nenhuma ação concreta é realizada por parte do governo. Temos que lembrar também que nos últimos dias foram vários os incidentes nas unidades escolares do Rio de Janeiro - que teve muita repercussão, onde estudantes foram mortos dentro da escola em confronto entre as forças de segurança do Estado e forças do narcotráfico. É preciso repensar as ações da polícia no combate ao enfrentamento à violência e também em como proteger as crianças.

É também importante a recomendação do Chile para pensar essas políticas de enfrentamento ao racismo e ao preconceito de maneira intersetorial. São ações importantes que também vimos discutindo: como fazer o diálogo intersetorial para que essas medidas tenham eficácia? A Grécia também enfatizou a promoção de políticas para a igualdade racial, sendo preciso pensar um conjunto de políticas.

O Haiti também trouxe a questão das desigualdades de renda. É necessário pensar uma política que aprimore a educação voltada para a população em maior situação de vulnerabilidade em termos de renda, assim como pensar nas questões afro-brasileiras, indígenas e os efeitos sociais do racismo na formação desses estudantes. Muito pouco tem sido pensado em termos de governo brasileiro sobre os efeitos psicossociais do racismo no aprendizado das crianças. Quanto o racismo impacta negativamente na condição de aprendizado desses estudantes?

Uganda traz a necessidade de uma reforma legislativa para aprofundar medidas contra as discriminações de gênero, raça e etnia. Esse conjunto de recomendações estão evidenciando o quanto as violações continuam acontecendo e que os esforços realizados pelo governo brasileiro não são suficientes para uma educação com respeito, igualdade, equidade.

As recomendações demonstram a necessidade de uma reforma legislativa, de um compromisso político, e de ações específicas, quer seja com cotas e outras medidas possíveis para combater as desigualdades na educação. Elas devem ser tomadas de forma muito séria pelo governo brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação.

E é interessante que os países vêm reafirmar esse compromisso político em um momento em que o governo tem provocado reformas que tornam qualquer medida voltada para a igualdade e o respeito muito difíceis de serem realizadas. Portanto, as recomendações nos auxiliam muito nesse diálogo com o governo em reafirmar a necessidade de compromisso efetivo no combate ao racismo, à discriminação, à xenofobia, à discriminação contra as mulheres, e violências no sistema educacional.

CAMPANHA. Honduras fez uma recomendação explícita sobre

educação: “Aprimorar os esforços para promover, na lei e na prática, a inclusão de afrodescendentes no sistema educacional e no mercado de trabalho através de políticas públicas”. E Namíbia trata de “continuar a colocar em marcha medidas que buscam prevenir a violência e discriminação racial contra afro-brasileiros e proteger sua herança cultural local”.

Como isso se relaciona com a situação hoje das políticas de educação que tratam especificamente da pauta de diversidade étnico-racial e como isso dialoga com a implementação (ou não) da Lei 10639/2003 e da Lei 11645/2008?

SUELAINÉ. Todas as 11 recomendações, de certa maneira, se relacionam com a implementação da Lei 10639/2003, voltada para a educação da história e cultura afro-brasileira e africana e a Lei 11645/2008, voltada para a educação da história e cultura indígena. São dois grupos populacionais, negros e indígenas, que historicamente têm ocupado os piores índices sociais. Há diversas análises históricas que reafirmam a posição de desvantagem social em todos os campos.

Essas duas leis procuram primeiro demonstrar a importância desses grupos na história e cultura do Brasil e suas contribuições, e também reverter o imaginário de preconceito que os colocam como não possuidores de cultura, de contribuições de toda uma história que dignifica seus povos. Portanto, agir contra as discriminações só pode ser feito se valorizarmos esses grupos, colocarmos no mesmo patamar de dignidade e de contribuições como os demais grupos que constituíram a Nação Brasileira.

Atualmente, as ações pela implementação da Lei 10639/2003 estão muito tímidas. Esse momento político vivenciado pelo governo brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação, tem sido no sentido de eliminar as especificidades dos grupos. Temos percebido que há uma necessidade de diluir as diferenças, homogeneizar novamente a sociedade e ocultar as desigualdades que são baseadas na cor, na etnia, nas condições de vida, nas condições de renda.

A Namíbia enfatiza a questão de proteger a herança cultural. Esse tema, para

movimentos negros é extremamente importante. Isso tem acontecido de maneira muito ineficaz ainda na abordagem e na maneira como ela deveria ser assumida pelos sistemas de ensino. Um aspecto do racismo e do preconceito que se manifesta do ambiente escolar é justamente sobre a desvalorização da cultura afro-brasileira e africana. Os sistemas de ensino precisam ensinar seus estudantes que todos os povos que aqui habitam contribuíram e contribuem para a formação dessa nação.

É uma pauta urgente a implementação dessas duas leis. Elas contribuem para a permanência no sistema escolar, para diminuir as violências entre os estudantes. Pensar nessa legislação e promover a igualdade entre brancos, negros, indígenas, em que todos se sintam possuidores de direitos é uma forma também de evitar hierarquizações. É possibilitar que todos, no ambiente escolar, se sintam reconhecidos. É um desafio, mas é, antes de mais nada, uma urgência efetivar a igualdade na educação a partir de uma legislação específica.

CAMPANHA. A Namíbia trata de “continuar a tomar medidas ativas para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras baseada em seu gênero e etnia”; o Paquistão recomenda “redobrar esforços para reduzir o gap entre os afro-brasileiros, especialmente mulheres e a população em geral”; e Ruanda traz a questão de “aprofundar medidas para prevenir e punir o racismo, a discriminação e a violência contra povos indígenas, povos afrodescendentes e a violência contra mulheres e meninas”.

De acordo com dados enviados pelo relatório da Campanha (Síntese dos Indicadores Sociais 2010), as mulheres negras jovens têm as maiores taxas de desigualdade, apresentando uma taxa de desemprego de 25,3% (12,2% superior ao grupo de jovens brancos). Entre os jovens que não estudam nem trabalham, 16,1% são brancos e 20,4% são negros. Novamente, as meninas afro-brasileiras estão em desvantagem, fazendo 28,2% do grupo que não estuda nem trabalha.

Como se dá no Brasil a relação gênero x raça, considerando tais indicadores e também os relativos aos dados de educação - especialmente de exclusão escolar - e como tais recomendações

podem ser importantes para a construção de políticas específicas para focalizar nesses desafios de igualdade de gênero e racial?

SUELAINÉ. Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça. Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais. Portanto, é pensar nessa articulação gênero e raça como um elemento de exclusão e hierarquização na sociedade brasileira.

Pensando na educação, durante muitos anos, as mulheres foram proibidas de estudar. A população negra, particularmente, no começo do século XX, é que passa a ter direito a algum tipo de escolarização. São muitas as dificuldades e os impedimentos que marcam esses dois grupos.

O Haiti também traz a defasagem educacional e temos enfatizado a retenção de meninos negros a partir do fundamental II. Se tem uma taxa muito grande de distorção idade-série, particularmente entre os meninos negros. Essa recomendação é vital para pensar a educação como um todo, não só em termos de participação, mas também de que educação está sendo oferecida para esses estudantes e de como reverter o *gap* de gênero, pensando nos meninos de forma especial, que estão de forma geral fora da escola, mas particularmente os meninos negros.

Namíbia pressiona para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras, algo que no momento tem sido crucial. Temos debatido a retirada do Plano Nacional de Educação da palavra “gênero”, o que tem impactado particularmente na realização de uma educação voltada para a igualdade entre homens e mulheres. É uma decisão que prejudica em muito ações de combate à violência no ambiente escolar.

É fundamental que se dê liberdade para que os profissionais da educação abordem gênero e realizem diversas produções sobre o tema, bem como a produção de material didático e paradidático voltados para as questões de identidade de gênero e sexualidade.

O Paquistão também traz esforços para reduzir a defasagem de negros e negras e faz novamente aqui destaque com relação às mulheres. Mulheres particularmente no ensino superior estão confinadas em cursos voltados para questões do cuidado e homens mais concentrados nas questões das exatas, então ainda há uma divisão por sexo no ensino superior, na escolha das carreiras, na definição das profissões. Isso certamente reflete ainda uma herança sexista da educação.

É preciso pensar em como estimular a entrada de mulheres em setores predominantemente dos homens e vice-versa. É preciso reduzir a defasagem entre brancos e negros e também essa desigualdade no acesso às carreiras entre homens e mulheres. É necessário criar um ambiente de respeito para que mulheres tenham novas possibilidades profissionais.

Mas não há de se esquecer que a marca da escravização ainda é muito presente na população negra. E é essa identidade única e exclusivamente que a população brasileira identifica na população negra. Há um conjunto de símbolos e concepções que desvalorizam as pessoas negras e todas as contribuições e possibilidades delas nessa sociedade. São muitos impedimentos de ordem simbólica que, mesmo com a formação educacional, com toda uma trajetória educacional, a presença negra sempre ocupará barreiras por conta das concepções nessa sociedade.

Esses impedimentos simbólicos atuam de maneira muito forte, impedindo a mobilidade social de negros e negras. Além disso, essas condições de vida impactam nas demais condições de se atuar na sociedade: na renda, na moradia, nas condições alimentícias, de lazer, ou seja, a educação é um instrumento importantíssimo, mas ações concentradas de reversão das condições sociais da população negra precisam também estar articuladas com outros campos.

Nesse sentido, as várias recomendações que os países fizeram sobre políticas inclusivas são fundamentais. Somente a partir da política de cotas é que se conseguiu uma participação expressiva de negros no ensino superior, que ainda é ínfima mas teve um salto a partir do momento que foi implementada. Isso significa que havia de fato barreiras para que esse estudante ingressasse no ensino superior. E um conjunto de políticas que possibilitaram a entrada

deses estudantes comprovam isso. Portanto, uma ação política voltada para as ações afirmativas também no mercado de trabalho é necessária e complementar.

Honduras traz também a questão do mercado de trabalho. Os dados mostram que no que diz respeito às mulheres negras que tiveram uma evolução, resultados muito importantes na última década na educação, em termos tanto de presença quanto de resultados, há uma aceleração muito alta da participação de mulheres negras no sistema educacional. Mas quando se analisa os dados do mercado de trabalho, ele não reflete esses esforços que foram realizados pelas meninas e mulheres negras em termos de conclusão dos ciclos. Elas ainda recebem os menores salários e ocupam as posições de menor rendimento e têm uma participação ínfima no que diz respeito a posições de poder e chefia. Pensar educação e mercado de trabalho a partir de políticas públicas de promoção da igualdade racial é extremamente importante.

CAMPANHA. Dos 11 países que fizeram recomendações sobre questões raciais, 7 são de população de maioria negra. Qual a importância simbólica desse dado? Como os países africanos e centro americanos cooperam com o Brasil quanto a políticas para essas questões?

SUELAINÉ. Essa pergunta é muito importante. Ela demonstra essa compreensão dos países africanos e latino-americanos sobre as desigualdades raciais brasileiras.

O Brasil, como sendo o país com a maior população negra nas Américas, demonstra o desafio que representa a equidade racial para os demais países latino-americanos. Em todos os países da América Latina, nós temos também discriminações raciais, racismo, e desigualdades a partir da etnia ou a partir da questão afro. O problema brasileiro é muito maior frente ao número da participação de negros na sua sociedade, mas o desafio da igualdade racial está presente em todos os países das Américas, já que somos países que viveram o comércio transatlântico e a escravização de negros e indígenas. Portanto, há dívidas históricas no que diz respeito às condições dessas populações nos nossos países.

Ter a recomendação de países africanos que começam também a olhar esse desafio da diáspora faz pensar também que as condições de vida de negros para além da África são um assunto que diz respeito a todos os países africanos, assim como negros de diversos países também se preocupam com o que acontece em África.

Ainda, a importante aproximação que o Brasil empreendeu nos últimos anos com a África é particularmente com os países africanos de língua portuguesa. A própria Campanha também realizou ações conjuntas e que foram importantes para a circulação de informações sobre as condições sociais de negros no Brasil, sobre os desafios educacionais. O diálogo Sul-Sul tem papel fundamental para o fortalecimento das ações da sociedade civil na exigibilidade do direito à educação e de uma educação para a igualdade.

Os países da América Latina também têm essa grande demanda no que diz respeito às questões indígenas. Assim como o Brasil, os outros países latino-americanos também têm esse mesmo desafio de promover a igualdade, o respeito, a valorização, o direito à vida das populações negras e indígenas.

Sem dúvida nenhuma, o grande desafio é a garantia da terra. Terras indígenas que são valiosas; aqui no Brasil terras também quilombolas são muito valiosas e que estão em disputa. Esses grupos têm sido espoliados de suas terras, de suas riquezas, considerados povos que não contribuem para o Brasil. A cobiça e o interesse por suas terras têm provocado morte, sofrimento, doenças, fome nesses territórios.

Então, é muito importante que essa reflexão sobre as condições negra e indígena se dê para todos os países latino-americanos, africanos, mas particularmente para a Europa, América do Norte. É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e de atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto

organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

Da esquerda à direita não se olha o racismo como problema estrutural, por Joice Berth

(Justificando, 27/04/2016) O ator José de Abreu, semana passada, foi atacado por um casal desses que compõe a massa abduzida pelo mantra dos meios de comunicação que apoiam o golpe contra a atual presidente, o famigerado #ForaPt. Eles alegam que pessoas que tem um direcionamento político pautado na ideologia esquerdista, não devem usufruir dos subprodutos do sistema capitalista.

Cabe lembrar que a abordagem agressiva do casal e que foi revidada à altura pelo ator e sua esposa é o efeito provocado pelo insistente caso de marginalização de um partido que, segundo a mídia, seria o precursor da corrupção no país. Cabe também lembrar que esse efeito está sendo reproduzido em todos os meios sociais e sempre direcionado a pessoas que comungam da cartilha política esquerdista e isso não é de hoje. Em outros tempos, quem se posicionava de forma destoante do sistema político que comanda o país era acusado de terrorista e perseguido. Esse pensamento de demonização da ideologia política esquerdista é uma herança da ditadura militar que os meios de comunicação, sutilmente estimulam em suas programações.

A população brasileira absorveu de tal forma os equívocos propagados sobre as políticas esquerdistas que não conseguem refletir sobre a distância que existe entre um sistema ditatorial e um sistema de esquerda. Nunca tivemos, a exceção do governo deposto covardemente em 64, uma política claramente esquerdista. Embora o PT seja o mais expressivo partido esquerdista que temos, seu governo quando muito implantou algumas políticas sociais, ensaiando alguma atitude que nos remetesse ao que o socialismo tem como proposta. E paga caro por isso.

Nossa ditadura, bastante violenta por sinal, foi capitalista e o ônus que pagamos até hoje é silenciosamente reproduzido por uma camada da sociedade que mergulha no mar de alienação e desinformação que os militares implantaram lindamente e que é um coadjuvante perigoso da crise política que vivemos, mais de 20 anos depois.

A questão é: de onde sai mais esse equívoco que impõe que alguém que vive em um sistema capitalista não pode usufruir daquilo que lhe é imposto? Será que essas pessoas, em seus delírios de ignorância, não conseguem pensar, que o desejo de uma outra forma de governo com foco na igualdade de direitos e ausência de privilégios, quer dizer única e exclusivamente que se deseja que todos possam ter acesso, entre outras coisas, a um jantar de boa qualidade, como o que o autor desfrutava?

Essa postura, advém do pensamento egoísta que é a base dos privilégios que motivam o ódio às políticas sociais que tentam equiparar as desigualdades sociais. Para a elite e seu eterno cosplay, a cansativa classe média, ou se tem tudo ou nada. Ou se mantém todos os privilégios ou que o país afunde em meio a implantação de uma cleptocracia capitaneada por Cunha e seus correligionários golpistas.

Essa é a grande insanidade da direita no Brasil.

Mas e a insanidade da esquerda, mora onde?

Essa mora na negação constante de que só se pode articular um pensamento concreto e praticável ao considerar que a luta de classes tem um teor racial inseparável. São os pretos em sua maioria esmagadora, componentes

involuntários das classes C e D. A cada vez que se evoca essa verdade é uma enxurrada de contra-argumentos que evidenciam que o racismo ainda está longe de ser eliminado. Basta uma mulher negra mostrar algum poder e o racismo velado se ergue em forma de críticas duras e ataques questionáveis sobre a legitimidade de seu trabalho.

Então temos uma crítica maciça a uma cantora pop que geograficamente está distante, mas no coração de centenas de pessoas negras está presente como uma espécie de representatividade, lembrando que nesse país a representatividade é escassa e isso, nem esquerda e nem direita assumem ou questionam com o mesmo fervor com que insultam petistas ou se colocam contra o golpe.

E essa representatividade é questionada por uma esquerda que se nega a desconstruir seu racismo e não consegue enxergar que, embora compactuem com outra linhagem política com foco na igualdade, ainda detém privilégios, porque é majoritariamente branca e acadêmica.

Essa esquerda branca e bem nascida, com seus conceitos muito bem amparados pelos impecáveis escritos acadêmicos, resolve pontuar que negros que se valem dos produtos do capitalismo, não podem mais falar sobre as questões raciais que vivenciam.

Essa esquerda branca, que não faz uma crítica aos seus privilégios, inclusive os que lhes asseguram que podem falar dessas questões que a própria negritude tenta digerir. E na ânsia de defender essa ideia absurda, presenciamos um mar de silenciamento racista e apontamentos infundados e rasos sobre a condição do negro no Brasil.

Não se vê questionamento quando ligamos a TV e assistimos a um filme, novela ou programa qualquer, onde 90% do elenco é de pessoas brancas em um país onde já temos 54% da população negra (o IBGE precisa eliminar a categoria “pardo”, porque não é informação racial; é cor de papel!).

Não se encontra questionamento quando apuramos que as cúpulas e os espaços de poder de norte a sul do país são ocupados por pessoas brancas.

Não encontramos questionamento quando um artista resolve se apropriar da

dor do genocídio da população negra para capitalizar vendendo como “anti-souvenir” o que para o cotidiano da pessoa negra é um temor. Também não há questionamento quando mulheres negras são ridicularizadas, seja pelo cabelo, seja pelos traços “grossos”, seja lá pelo que for, como fizeram com Nayara Justino, ex-globeleza.

O movimento contra o programa do ator Miguel Falabella, Sexo e as Negas, que entre outras coisas reforçava estereótipos que tanto lutamos para dizimar do imaginário da sociedade, foi achincalhado por uma farta camada de pessoas brancas que achavam absurdo ver racismo onde se dizia ser uma homenagem. Absurdo era não ver que homenagear uma mulher negra não é compactuar com a desumanização de seu corpo.

Beyoncé, como mulher e negra sabe que o dinheiro não apaga a sua cor.

A pessoa negra não nasce negra, ela inicia uma saga rumo ao descobrimento das correntes invisíveis que estão presas ao pé e que se arrasta por todos os lugares, mesmo quando a conta bancária é farta.

Como bem pontuou uma cientista social negra e ativista, Eliane Oliveira, difícil falar de sujeitos políticos para aqueles que nem se reconhecem como tal.

Pessoas negras, por vezes, nem chegam a saber que são sujeitos políticos. São engolidos antes pelo racismo que internalizam e os atolam na ignorância sobre si mesmo e as questões que norteiam suas vidas. Ser negro(a) é um ativismo ambulante e por vezes inconsciente. Seja para Beyoncé, seja para qualquer anônimo, falar de sua negritude é difícil, solitário e doloroso - e os espaços são quase inexistentes. Portanto, a representatividade que Beyoncé toma nas mãos é mais do que válida. O que não é válido é usar apontamentos infundados para disfarçar que se trata apenas de uma reação racista frente a uma mulher negra que detém poder porque conquistou fama e dinheiro.

Cabem inúmeras críticas, sempre cabem.

Mas elas não devem passar pelo achismo que invalida o discurso porque a indústria da música é capitalista. Existem lugares de discussão racial que não cabem conceitos políticos e esse lugar é o da autoafirmação identitária.

Primeiro, sabemos quem somos e no que isso implica. E depois, iniciamos o processo de empoderamento que culminará na conclusão de que o sistema capitalista tem no racismo um de seus pilares. O que o ator global e a cantora pop norte-americana tem em comum?

Nada.

Exceto o fato de serem atacados por pessoas equivocadas, preconceituosas e desinformadas.

Exceto serem vítimas direta ou indiretamente dos meios de comunicação, pouco comprometido com a informação e muito comprometidos com a negligência e a parcialidade na exposição dissimulada de suas opiniões.

As duas reações, a de José de Abreu e a Beyoncé, têm em comum o nível de violência, desinformação e falta de empatia para com questões que demandam um olhar mais demorado sobre questões que precisam ser discutidas com o mínimo de ponderação e discernimento.

Se as pessoas que agridem petistas pelas ruas se ocupassem em entender de fato o que é uma democracia, e principalmente, como e quando seus privilégios ferem esse conceito, estaríamos em outro nível de debate político, mais coerente e mais eficiente.

Se as pessoas que atacam o despertar racial de Beyoncé, tentassem entender o que é ser negro em um mundo preparado para te rejeitar não importando o quanto de dinheiro você tem, onde e quando as identidades negras se confluem e quando se definem as formas de luta anti racismo, fariam um mea-culpa saudável, apurando onde e quando podem se dispor de seus privilégios para o bem de uma minoria que eles acham que apoiam. Apoiar é primeiramente entender.

E o equívoco da direita e da esquerda nacional nesse momento é não saber que não devemos combater indivíduos onde o problema é estrutural. Nosso problema nesse momento, para além da política é social. Não estamos exercitando a necessidade básica que justifica o porque somos seres humanos: o diálogo, o jogo do fala/escuta/compreende/argumenta. Também não nos desprendemos da herança terrível da ditadura militar que confina as

inúmeras possibilidades de articulação social a um único pensamento. Não estamos pensando, propondo, tentando o acerto, estamos muito ocupado combatendo inimigos que não são inimigos, são modos de pensar o social e o político de forma diferente da que foi imposta.

Beyoncé não é o capitalismo. José de Abreu não é o PT.

E enquanto se mantém o sistema político que temos atualmente, podemos sim ser de esquerda e almoçar em restaurante japonês em bairro nobre e podemos, sim, ser negros(as) e vestir Givenchy e Calvin Klein.

Porque talvez, não é uma questão de escolha e sim de imposição.

Joice Berth é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Nove de Julho e Pós graduada em Direito Urbanístico pela PUC-MG. Feminista Interseccional Negra e integrante do Coletivo Imprensa Feminista.

Acesse no site de origem: [Da esquerda à direita não se olha o racismo como problema estrutural, por Joice Berth \(Justificando, 27/04/2016\)](#)